



RELATÓRIO DA CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA 1ª VARA DO TRABALHO DE SAPUCAIA DO SUL EM 23.04.2015

Aos 23 dias do mês de abril de 2015, compareceu à sede da 1ª Vara do Trabalho de Sapucaia do Sul a Excelentíssima Senhora **BEATRIZ RENCK**, Desembargadora Corregedora do Tribunal do Trabalho da 4ª Região, acompanhada do Assessor Jurídico da Corregedoria, Rodrigo Velleda Lazaro da Silva, e da servidora Vera Regina Salimen Agrello, para Correição Ordinária anual, nos termos legais e regimentais, conforme os autos do Processo Administrativo nº 0001212-98.2015.5.04.0000. A Desembargadora Corregedora e a sua equipe foram recebidas pela Juíza Titular Bernarda Núbia Toldo, pelo Diretor de Secretaria Leandro Pecoits e pelos servidores lotados nessa Unidade Judiciária. Com base nas informações prestadas pelos Gestores, nos autos de processos analisados e nos dados oriundos dos sistemas disponibilizados a essa Corregedoria Regional, apurou-se o seguinte:

1 INFORMAÇÕES GERAIS

Data da instalação da Vara do Trabalho: 08.12.1992

Data da última correição realizada: 06.05.2014

Data de Instalação do PJe: 27.06.2014

Jurisdição: Sapucaia do Sul

1.1 Período Correcionado: de 1º.01.2014 a 23.04.2015

2 ESTRUTURA FUNCIONAL

2.1 JUÍZES

2.1.1 Regime de Lotação

Nos termos da Portaria nº 01/2015, da Corregedoria Regional deste TRT, a 1ª Vara do Trabalho de Sapucaia do Sul pertence à 58ª circunscrição da jurisdição territorial da Justiça do Trabalho da 4ª Região. Essa Portaria, vigente desde 13.04.2015, redefiniu a lotação das 02 vagas de zoneamento na circunscrição, hoje ocupadas pelas Juízas Substitutas **Gabriela Lenz de Lacerda** e **Bárbara Fagundes**.

2.1.2 Juíza Atual

Juíza	Situação	Período
Bernarda Núbia Toldo	Juíza Titular	Desde 19.07.2012

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 18.03.2015)



2.1.3 Juizes que Atuaram no Período Correcionado

	Juiz (a)	Período(s)	Situação/Motivo	Total
*	Bernarda Núbia Toldo	Juíza Titular desde 19.07.2012		
1	Daniela Meister Pereira (zoneada na circunscrição até 12.04.2015)	07.01 a 05.02.2014 09.02 a 10.03.2015	Atuação em razão das férias da Juíza Titular	80 dias
		22.04 a 11.05.2014	Atuação em razão da Licença para Tratamento de Saúde da Juíza Titular	
2	Cláudia Elisandra de Freitas Carpenedo (zoneada na circunscrição até 12.04.2015)	12.05 a 13.06.2014	Atuação em razão da Licença para Tratamento de Saúde da Juíza Titular	52 dias
		15.09 a 05.10.2014	Atuação em razão das férias da Juíza Titular	
3	Fernando Reichembach	06 a 14.10.2014	Atuação em razão das férias da Juíza Titular	9 dias
-	Gabriela Lenz de Lacerda	Juíza Substituta zoneada na circunscrição		
-	Bárbara Fagundes	Juíza Substituta zoneada na circunscrição		

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 18.03.2015 e atualizada em 10.04, em razão da redefinição do zoneamento na circunscrição)

2.1.4 Afastamentos da Juíza Titular durante o Período Correcionado

Juíza	Motivo	Dias de Afastamento	Total
Bernarda Núbia Toldo	Férias	07.01 a 05.02.2014 15.09 a 14.10.2014 09.02 a 10.03.2015	90 dias
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	22.04 a 13.06.2014	53 dias

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 18.03.2015)

2.2 SERVIDORES

2.2.1 Servidores Lotados na Unidade Judiciária

	Servidor (a)	Cargo	Função	Data de Exercício na Unidade Judiciária
1	Leandro Pecoits	Analista Judiciário - Área Judiciária	Diretor de Secretaria (CJ3)	30.07.2012
2	Aline Teixeira	Analista Judiciário - Área Judiciária	Assistente de Juiz Titular (FC05)	27.05.2009



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

*	Alessandra de Souza Ost	Analista Judiciário - Área Judiciária	Assistente de Juiz Substituto (FC05)	13.04.2015
3	Rafael Ferraz de Almeida Galeazzi	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Assistente de Diretor de Secretaria (FC04)	08.09.2014
4	César Pacheco	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Secretário de Audiência (FC03)	24.05.2004
5	Claiton Neorlan da Conceição	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Assistente (FC02)	09.06.2005
6	Daniel dos Santos Peixoto**	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Assistente (FC02)	12.11.2012
7	Elisângela Tyczkowski de Paula	Analista Judiciário - Área Judiciária	Assistente (FC02)	29.10.2012
8	Marcos Otávio Ludwig Nunes	Analista Judiciário - Área Administrativa	-	29.04.2014

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 17.03.2015, atualizada em 22.04.2015)

* Servidor ocupante de Função Comissionada de Assistente de Juiz Substituto (FC05) não conta para fins de lotação na Unidade Judiciária.

** Servidor registra lotações anteriores na Unidade de 04.04.2005 a 20.05.2007 e 04.06.2008 a 26.02.2012.

2.2.2 Padronização da Estrutura de Pessoal – Resolução nº 63/CSJT

Processos Recebidos (Média Trienal dos anos de 2012, 2013 e 2014)	Faixa Processual (Resolução nº 63/2010)	Lotação na Unidade Judiciária	Lotação Adequada (Resolução nº 63/2010)
917 processos	751 a 1.000	8 servidores	9 a 10 servidores

De acordo com a Resolução nº 63/2010 do CSJT, que instituiu a padronização da estrutura organizacional e de pessoal dos órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus, com as alterações previstas nas Resoluções nº 77 e 83/2011, também do CSJT, o número atual de servidores da 1ª Vara do Trabalho de Sapucaia do Sul está **abaixo** do parâmetro previsto na referida norma.



2.2.3 Afastamentos dos Servidores durante o Período Correcionado

Servidor (a)	Motivo	Nº de dias de Afastamento	Total (em dias)
Alessandra de Souza Ost* (desde 13.04.2015)	-	-	-
Aline Teixeira	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	55	55
Ana Lúcia Stumpf Gonzalez* (desde 10.03.2014)	Curso ou Evento	1	1
César Pacheco	Curso ou Evento	1	1
Claiton Neorlan da Conceição	Curso ou Evento	2	2
Daniel dos Santos Peixoto	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	27	27
Elisângela Tyczkowski de Paula	Curso ou Evento	3	3
Leandro Pecoits	Curso ou Evento	5	5
Marcos Otávio Ludwig Nunes* (desde 29.04.2014)	Curso ou Evento	1	1
Rafael Ferraz de Almeida Galeazzi* (desde 08.09.2014)	-	-	-

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 17.03.2015)

* Servidor(a) lotado(a) na Unidade Judiciária inspecionada durante a vigência do período correcionado: somente são computados os afastamentos ocorridos a partir da data da vinculação do servidor à referida Unidade.

2.2.4 Movimentação de Servidores durante o Período Correcionado

	Servidora	Data de Lotação	Data de Saída	Tempo de Permanência na Unidade Judiciária	Motivo da Saída
1	Camila Heineck Fracaro	04.10.2012	16.03.2014	1 ano, 5 meses e 13 dias	Lotação na 4ª Vara do Trabalho de São Leopoldo - Assistente (FC02)
2	Carolina Porcher Acosta	06.11.2009	07.09.2014	4 anos, 10 meses e 2 dias	Lotação na 26ª Vara do Trabalho de Porto Alegre – Assistente (FC02)
3	Ana Lúcia Stumpf Gonzalez	10.03.2014	12.04.2015	1 ano, 1 mês e 3 dias	Lotação na Secretaria da Corregedoria

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 18.03.2015, atualizada em 22.04.2015)



2.2.5 Estagiários

	Estagiário	Curso em Andamento	Período
1	Diego Marques Vieira	Superior em Direito	1º.08.2014 a 31.07.2015

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 17.03.2015)

2.3 CAPACITAÇÃO

2.3.1 Capacitação da Juíza Titular e das Juízas Substitutas Zoneadas durante o Período Correccionado

Juíza		Gestão Estratégica (em horas)	PJe (em horas)	Demais Cursos (em horas)	Total (em horas)
Titular	Neusa Líbera Lodi	-	-	45	45
Substitutas zoneadas	Gabriela Lenz de Lacerda	-	-	27,5	27,5
	Bárbara Fagundes	-	12	90,5	102,5

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 18.03.2015 – a totalização da carga horária de capacitação não leva em consideração a data de vinculação do Magistrado nem sua permanência em uma Unidade Judiciária específica).

2.3.2 Capacitação dos Servidores durante o Período Correccionado

Servidor (a)	Gestão Estratégica (em horas)	PJe (em horas)	Demais Cursos (em horas)	Total (em horas)
Aline Teixeira	-	8	50	58
Alessandra de Souza Ost	-	8	-	50
César Pacheco	-	26	35	61
Claiton Neorlan da Conceição	20	20	129	169
Daniel dos Santos Peixoto	-	8	-	8
Elisângela Tyczkowski de Paula	-	26	53	79
Leandro Pecoits*	-	20	15	35
Marcos Otávio Ludwig Nunes	-	20	5	25
Rafael Ferraz de Almeida Galeazzi	-	8	37	45

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 18.03.2015, atualizada em 22.04.2015 – a totalização da carga horária de capacitação não leva em consideração a data de lotação do servidor nem sua permanência em uma Unidade Judiciária específica).

* Gestor da Unidade Judiciária.



3 MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

3.1 ACERVO DE PROCESSOS EM TRAMITAÇÃO

Situação	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 28.02)	Variação 2014-2015
Pendentes de finalização na fase de conhecimento*	1.091	1.256	15,12%	1.293	2,95%
Pendentes de finalização na fase de liquidação**	73	131	79,45%	112	-14,50%
Pendentes de finalização na fase de execução***	958	993	3,65%	1.019	2,62%
Cartas precatórias e de ordem pendentes de devolução	63	56	-11,11%	60	7,14%
Total	2.185	2.436	11,49%	2.484	1,97%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 09.03.2015)

* Consideram-se finalizados, na fase de conhecimento, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso; b) arquivados definitivamente; c) com entrega definitiva dos autos à parte; d) com início da fase de liquidação ou de execução.

** Consideram-se finalizados, na fase de liquidação, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para liquidação; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais; d) com execução iniciada.

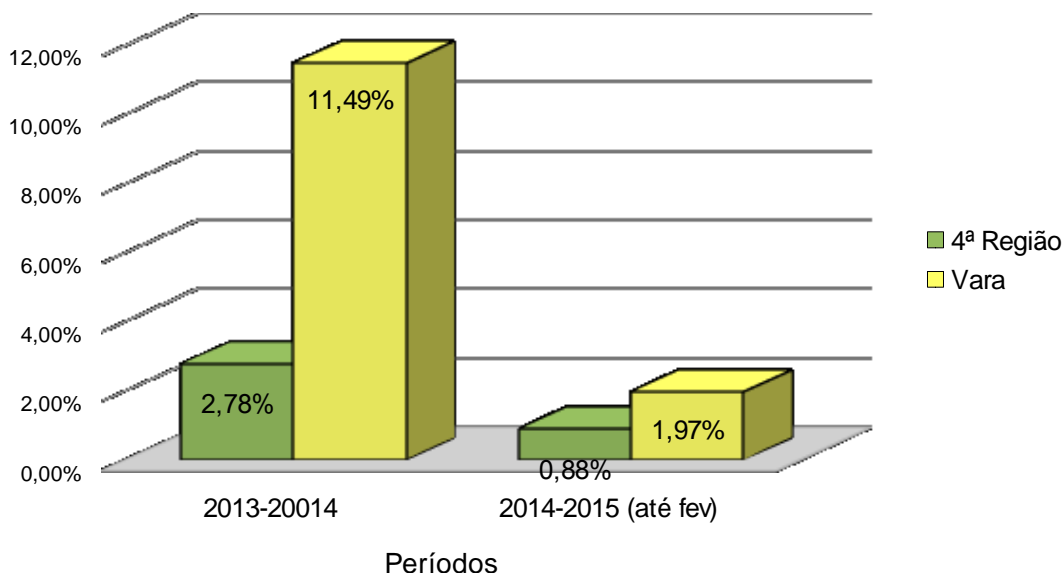
*** Consideram-se finalizados os processos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para execução; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais.

No ano de 2014, houve uma elevação de 11,49% no acervo de processos tramitando na Unidade Judiciária em relação ao ano anterior. Em números absolutos, o conhecimento foi a fase que apresentou maior aumento no estoque (acréscimo de 165 processos); por sua vez, o acervo de processos na fase de liquidação apresentou a maior elevação percentual (79,45%) no período sob análise.

O acréscimo no estoque de processos da 1ª Vara do Trabalho de Sapucaia do Sul em 2014 foi bastante superior à média apresentada pela 4ª Região no período, quando registrado um aumento de 2,78% no número de processos em tramitação.



Variação percentual do acervo de processos tramitando



3.2 FASE DE CONHECIMENTO

3.2.1 Processos Pendentes de Solução

	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 28.02)	Variação 2014-2015
Casos novos	955	979	2,51%	138	-85,90%
Sentenças anuladas/reformadas	10	7	-30,00%	3	-57,14%
Processos solucionados (com e sem resolução de mérito)*	770	807	4,81%	123	-84,76%
Processos pendentes de solução	618	755	22,17%	768	1,72%

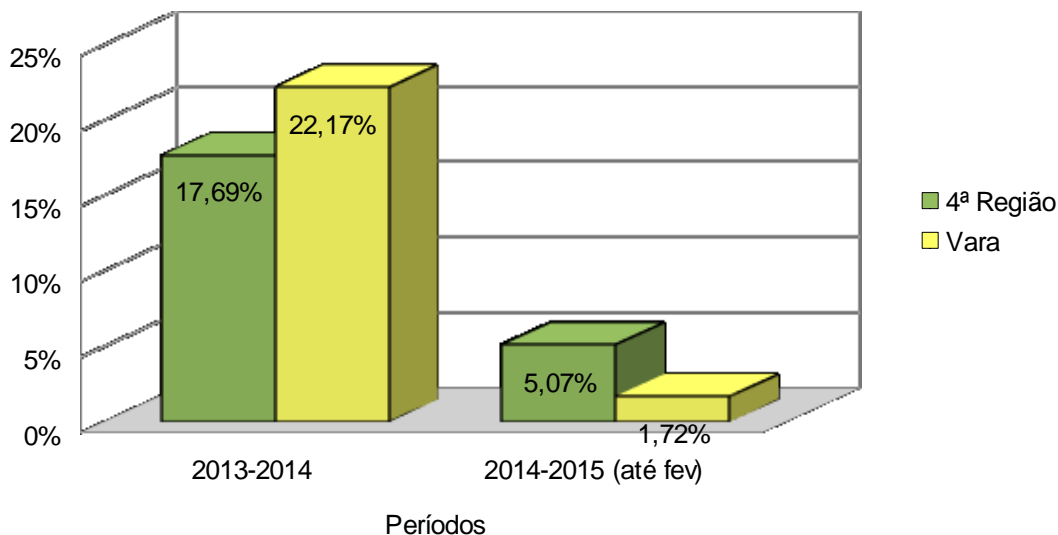
(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 09.03.2015)

* Consideram-se solucionados, na fase de conhecimento, os processos em que proferida decisão com ou sem resolução de mérito

No ano de 2014, registrou-se uma elevação de 22,17% no estoque de processos pendentes na fase de conhecimento em relação ao período anterior (de 618 para 755 processos) – índice superior ao verificado em toda a 4ª Região em 2014, onde o número de processos pendentes na fase de conhecimento registrou aumento de 17,69%. O principal fator que contribuiu para esse acréscimo no estoque – a despeito de ter havido uma elevação de 4,81% no número de processos solucionados na comparação com o ano de 2013 – foi o aumento na média mensal de casos novos, a qual passou de 80,42 processos, em 2013, para 82,17 processos, em 2014.



Variação percentual dos processos pendentes na fase de conhecimento



Ainda quanto aos processos pendentes de solução na fase de conhecimento, verifica-se que em 31.12.2014 a maior parte destes (57,62%) se encontrava aguardando o encerramento da instrução processual. Além disso, convém destacar a redução de 32,88% no número de processos aguardando a prolação de sentença com prazo vencido na Unidade. Especificações no quadro abaixo:

Situação dos processos pendentes na fase de conhecimento					
	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 28.02)	Variação 2014-2015
Aguardando 1ª sessão de audiência	97	239	146,39%	209	-12,55%
Aguardando encerramento da instrução	370	435	17,57%	478	9,89%
Aguardando prolação de sentença – no prazo	78	32	-58,97%	55	71,88%
Aguardando prolação de sentença – com prazo vencido	73	49	-32,88%	26	-46,94%
TOTAL	618	755	22,17%	768	1,72%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 09.03.2015)



3.2.2 Taxa de Congestionamento*

Taxa de congestionamento – fase de conhecimento					
	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 28.02)	Variação 2014-2015
Sapucaia do Sul – 1ª Vara	48,46%	49,69%	2,53%	86,27%	73,63%
Média no TRT4 1ª Instância	40,94%	44,33%	8,28%	87,18%	96,66%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 09.03.2015)

* Taxa de congestionamento = 1 - [número de processos solucionados/(resíduo anterior + processos recebidos)]

A Taxa de Congestionamento na fase de conhecimento é um indicador que corresponde ao percentual de processos não julgados em determinado período em relação ao total pendente de julgamento. Tem como objetivo medir a efetividade dos Tribunais, levando-se em conta o estoque de processos pendente do período anterior, o total de casos novos que ingressaram e os casos solucionados.

A taxa de congestionamento da fase de conhecimento na Unidade Judiciária foi de 49,69% no ano de 2014, constatando-se uma elevação de 2,53% em relação ao índice do ano anterior. Na comparação com a média da 4ª Região em 2014, a seu turno, o índice da Unidade foi superior ao congestionamento médio do TRT4 em 5,36 pontos percentuais.

3.2.3 Processos Solucionados

Processos solucionados							
Tipo de solução		2013		2014		2015 (até 28.02)	
		QTD	%	QTD	%	QTD	%
Com exame de mérito	Conciliação	400	51,95	339	42,01	43	34,96
	Julgado procedente	6	0,78	7	0,87	1	0,81
	Julgado procedente em parte	177	22,99	287	35,56	51	41,46
	Julgado improcedente	73	9,48	77	9,54	11	8,94
	Extinto	2	0,26	7	0,87	0	0,00
	Outras decisões	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Sem exame de mérito	Extinto	27	3,51	35	4,34	2	1,63
	Arquivamento (art. 844 CLT)	45	5,84	36	4,46	13	10,57
	Desistência	13	1,69	8	0,99	2	1,63
	Outras decisões	27	3,51	11	1,36	0	0,00
TOTAL		770	100	807	100	123	100

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 09.03.2015)

Verificou-se uma elevação de 37 processos solucionados na Unidade Judiciária em 2014 na comparação com o ano anterior, o que representa um acréscimo de 4,81%. Esse aumento destoa da tendência apresentada na 4ª

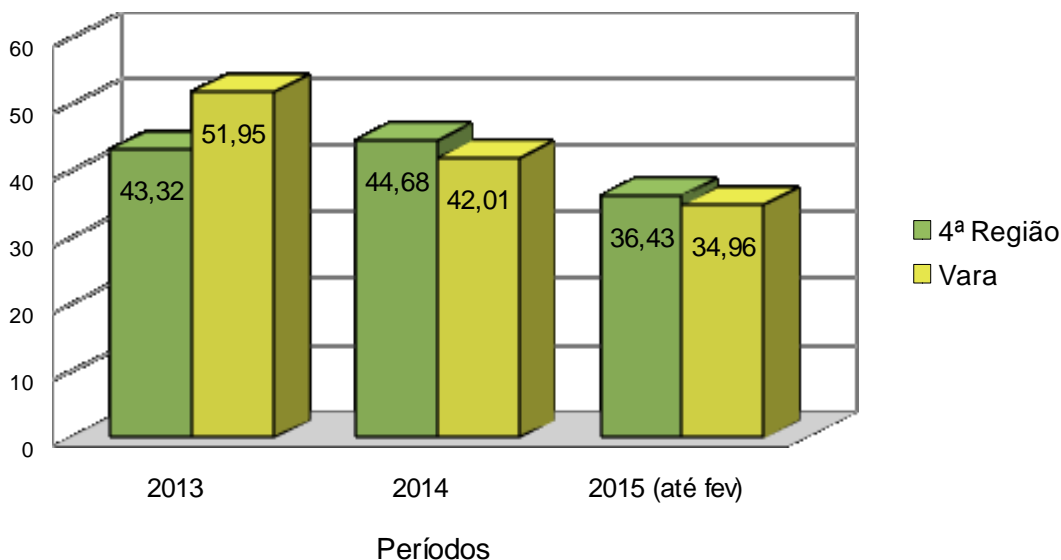


Região, a qual apresentou uma redução média de 2,67% no número de processos solucionados na comparação com o ano de 2013.

Dentre os tipos de solução, constatou-se uma elevação no número de decisões com resolução de mérito na Unidade. Excluídas as homologações de acordo, no ano de 2013 foram proferidas 258 decisões com resolução de mérito na Unidade; em 2014, esse número alcançou 378 decisões, representando um acréscimo de 46,51%. O desempenho da Unidade nesse quesito também se mostra acima da média do TRT4, o qual registrou uma redução de 2,91% no número de decisões com resolução de mérito.

A análise do quadro acima demonstra, por fim, uma redução no percentual de processos solucionados por conciliação na Unidade Judiciária: em 2013, o número de conciliações na fase de conhecimento foi de 400, representando 51,95% dos processos solucionados; já em 2014, o número total de conciliações alcançou 339, correspondendo a 42,01% - índice inferior ao verificado em toda a 4ª Região, que foi de 43,32%.

Percentual de conciliações nos processos solucionados



3.3 FASE DE LIQUIDAÇÃO

3.3.1 Processos pendentes de liquidação

	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 28.02)	Variação 2014-2015
Iniciadas	147	213	44,90%	18	-91,55%
Encerradas	193	149	-22,80%	37	-75,17%
Pendentes	71	129	81,69%	109	-15,50%
Arquivo Provisório	0	1	-	1	0,00%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 09.03.2015)



O número de processos pendentes na fase de liquidação subiu de 71, em 2013, para 129, em 2014, importando em uma elevação de 81,69%. Esse percentual é consideravelmente superior ao índice verificado em toda a 4ª Região, cujo estoque de processos pendentes na fase de liquidação subiu de 26.044 em dezembro de 2013 para 28.322 em dezembro de 2014 (aumento de 8,75%).

Um dos principais motivos dessa elevação foi o aumento de 44,90% no número de liquidações iniciadas na Unidade em relação ao ano anterior, combinada com uma queda de 22,80% no número de liquidações encerradas na comparação entre esses dois períodos.

3.3.2 Taxa de Congestionamento*

Taxa de congestionamento – fase de liquidação (sem arquivo provisório) *					
	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 28.02)	Variação 2014-2015
Sapucaia do Sul – 1ª Vara	26,34%	47,54%	80,50%	74,83%	57,42%
Média no TRT4 1ª Instância	42,12%	44,16%	4,83%	83,81%	89,79%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 09.03.2015)

* Taxa de congestionamento = 1 - [número liquidações encerradas/(resíduo anterior + liquidações iniciadas)]

A taxa de congestionamento na 1ª Vara do Trabalho de Sapucaia do Sul foi de 47,54% no ano de 2014, constatando-se um aumento de 80,50% em relação ao índice do ano anterior. Por sua vez, na comparação com a média da 4ª Região em 2014, o índice da Unidade Judiciária foi 3,38 pontos percentuais superior ao congestionamento médio do TRT4.

3.4 FASE DE EXECUÇÃO

3.4.1 Processos Pendentes na Fase de Execução

		2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 28.02)	Variação 2014-2015
Entrada	Iniciadas	253	235	-7,11%	39	-83,40%
	Desarquivadas para prosseguimento	21	588	2.700,00%	25	-95,75%
Saídas	Encerradas	388	368	-5,15%	63	-82,88%
	Arquivadas Provisoriamente	141	26	-81,56%	1	-96,15%
Pendentes	Exclusivamente crédito previdenciário	5	4	-20,00%	4	0,00%
	Demais	549	440	-19,85%	441	0,23%
	Total	554	444	-19,86%	445	0,23%
Saldo no arquivo Provisório		1.599	789	-50,66%	765	-3,04%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 09.03.2015)



Em 2014, o estoque de execuções pendentes na 1ª Vara do Trabalho de Sapucaia do Sul caiu de 554 para 444 processos, o que corresponde a uma redução de 19,86% em relação ao ano anterior. Esse índice supera à média apresentada na 4ª Região no período em questão, a qual registrou uma queda de 2,50% em seu acervo. O principal fator a contribuir para esse aumento foi a diferença de 56,60% entre o número de execuções encerradas (368) o de execuções iniciadas (235) no ano em comento.

3.4.2 Taxa de Congestionamento*

Taxa de congestionamento – fase de execução (sem arquivo provisório) *					
	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 28.02)	Variação 2014-2015
Sapucaia do Sul – 1ª Vara	59,03%	53,36%	-9,61%	86,96%	62,97%
Média no TRT4 1ª Instância	69,60%	70,81%	1,74%	95,02%	34,19%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 09.03.2015)

* Taxa de congestionamento = $1 - \frac{\text{número execuções encerradas}}{\text{resíduo anterior} + \text{execuções iniciadas}}$

A taxa de congestionamento na Unidade Judiciária foi de 53,36% no ano de 2014, constatando-se uma redução de 9,61% em relação ao índice do ano anterior. Na comparação com a média da 4ª Região em 2014, o índice da Unidade foi inferior ao congestionamento médio do TRT4 em 17,45 pontos percentuais.

Taxa de congestionamento – fase de execução* (com arquivo provisório)					
	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 28.02)	Variação 2014-2015
Sapucaia do Sul – 1ª Vara	85,40%	84,59%	-0,95%	95,05%	12,36%
Média no TRT4 1ª Instância	84,51%	84,91%	0,47%	97,34%	14,63%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 09.03.2015)

A inclusão dos processos arquivados provisoriamente na base de cálculo implica aumento na taxa de congestionamento da 1ª Vara do Trabalho de Sapucaia do Sul na fase de execução, a qual passa a corresponder a 84,59% - 0,95% inferior à taxa registrada no ano anterior. A seu turno, a taxa de congestionamento da Unidade passa a ser similar ao índice médio da 4ª Região em 2014.



3.4.3 Banco Nacional de Devedores Trabalhistas

BNDT					
	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 28.02)	Variação 2014-2015
Processos com inclusão de devedor no BNDT	130	75	-42,31%	7	-90,67%
Processos com exclusão de devedor no BNDT	0	0	-	0	-
Saldo de processos com devedores inscritos no BNDT	1.229	1.165	-5,21%	1.159	-0,52%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 09.03.2015)

O Banco Nacional de Devedores Trabalhistas – BNDT, banco de dados de pessoas físicas e jurídicas devedoras inadimplentes em processo de execução trabalhista definitiva, foi organizado para expedição da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT. A fim de que se mantenham fidedignas as informações prestadas pela CNDT, impõe-se a atenção das Unidades Judiciárias de primeiro grau aos procedimentos de inclusão, alteração e exclusão de dados dos executados no referido banco de dados.

Nos termos do art. 2º do Provimento Conjunto nº 19, da Presidência e da Corregedoria Regional do TRT4, de 27.12.2011, os atos relacionados à alteração da condição e exclusão do devedor no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) devem ser realizados com prioridade pelas Unidades Judiciárias. Para verificação do pleno cumprimento desse item pela 1ª Vara do Trabalho de Sapucaia do Sul, foi realizado um cotejo entre a listagem de execuções encerradas definitivamente desde 01.01.2012 e a listagem do saldo de processos com devedores ainda inscritos no BNDT em 28.02.2015. Dessa consulta, resultou uma lista de **09 processos** com execução encerrada definitivamente e que ainda possuem devedores inscritos no BNDT. A título de amostragem, relaciona-se a situação processual nos processos abaixo:

1	0106100-07.2004.5.04.0291
Situação processual: em 29.09.2011, foi determinada a expedição de Certidões de Habilitação de Crédito aos respectivos credores. Em 30.01.2013, após a expedição das referidas certidões, foi publicado despacho determinando a exclusão da reclamada do BNDT e o oportuno arquivamento dos autos, bem como foi inserido no sistema informatizado o andamento “extinta a execução”. Em 20.03.2013, o processo foi arquivado definitivamente. Histórico BNDT: em 28.09.2011, a executada “Recrusul S.A.” foi incluída no BNDT, com a anotação da situação “exigibilidade suspensa”.	
2	0015700-73.2006.5.04.0291
Situação processual: em 24.10.2011, foi determinada a expedição de Certidões de Habilitação de Crédito aos respectivos credores. Em 01.12.2013, foi inserido no sistema informatizado o andamento “extinta a execução”. Em 04.12.2013, após a expedição das referidas certidões, foi publicado despacho determinando a exclusão da reclamada do BNDT e o oportuno arquivamento dos autos. Em 20.03.2013, o processo foi arquivado definitivamente. Histórico BNDT: em 22.09.2011, as coexecutadas “Refrisa S.A.” e “Recrusul S.A.” foram incluídas no	



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

BNDT, com a anotação da situação “exigibilidade suspensa”. Em 03.12.2012, apenas a primeira ré foi excluída do BNDT.

3

0041100-84.2009.5.04.0291

Situação processual: em 03.07.2014, foi publicado despacho determinando a expedição de alvarás aos respectivos credores e o oportuno arquivamento dos autos. Em 12.09.2014, o processo foi arquivado definitivamente, sem registro de débitos. **Histórico BNDT:** em 19.09.2011, a coexecutada “Indústria e Comércio de Colchões Vertebrale Ltda.” foi incluída no BNDT. Em 26.09.2011, a coexecutada “Mundial - Indústria e Comércio de Móveis e Colchões Ltda.” também foi incluída no BNDT, bem como foi inserida a anotação da situação “com garantia do juízo” relativa a ambas as rés. Em 12.09.2014, apenas a primeira demandada foi excluída do BNDT.

4

0042900-50.2009.5.04.0291

Situação processual: em 07.08.2012, foi homologado acordo celebrado entre as partes. Em 11.11.2013, foi publicado despacho determinando o oportuno arquivamento dos autos. Em 29.05.2014, foi inserido no sistema informatizado o andamento “extinta a execução” e o processo foi arquivado definitivamente, sem registro de débitos. **Histórico BNDT:** em 12.10.2011, a executada “Comércio e Transportes de Gás LB Ltda.” foi incluída no BNDT. Em 04.11.2011, foi inserida a anotação da situação “com garantia do juízo”.

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 14.04.2015)

Além dos processos supralistados, também se encontram com reclamados inscritos no BNDT, apesar de suas execuções terem sido extintas, os seguintes processos:

Processo nº		
0000447-69.2011.5.04.0291	0055400-95.2002.5.04.0291	0007000-45.2005.5.04.0291
0000706-64.2011.5.04.0291	0000833-65.2012.5.04.0291	-

Destaca-se que, conforme Orientação desta Corregedoria Regional (encaminhada por correio eletrônico em 17 e 18.11.2014 à todas as unidades judiciárias) em relação ao procedimento de arquivamento definitivo das demandas em que figure no polo passivo empresas na situação de Massa Falida, é devida a exclusão dos dados da parte no BNDT após a expedição da Certidão de Habilitação de Créditos aos respectivos credores, porquanto tal medida é implícita ao arquivamento definitivo dos autos.



3.5 INCIDENTES PROCESSUAIS

	Incidentes processuais								
	2013			2014			2015 (até 28.02)		
	Rece- bidos	Julgados	Pen- dentes	Rece- bidos	Julgados	Pen- dentes	Rece- bidos	Julgados	Pen- dentes
Embargos de declaração	116	100	15	119	120	14	21	8	27
Antecipações de tutela	18	0	11	62	42	31	23	6	45
Impugnações à sentença de liquidação	13	13	3	15	10	7	1	1	7
Embargos à execução	118	126	10	45	36	17	7	7	17
Embargos à arrematação	3	4	1	1	2	0	0	0	0
Embargos à adjudicação	0	0	0	1	1	0	0	0	0
Exceções de pré-executividade	5	1	6	6	7	5	0	1	4

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 09.03.2015)

Com base nos dados do quadro acima, constatou-se que foram recebidos 249 incidentes processuais em 2014 na Unidade Judiciária, o que corresponde a uma redução de 8,79% em relação ao ano anterior. Percebe-se, também, que o número de incidentes processuais julgados caiu 10,66% na comparação entre os anos de 2013 e 2014 (de 244 para 218). Por sua vez, o número total de incidentes processuais pendentes de decisão em 31.12.2014 alcançou 74 processos, saldo 60,87% maior do que em 31.12.2013 – sendo que as antecipações de tutela são a espécie que correspondem à maior parte (41,89%) dos incidentes ainda pendentes.

Ainda em relação aos incidentes processuais pendentes de decisão, constatou-se que alguns foram apresentados há mais de seis meses sem que fossem os autos feitos conclusos ao Juiz e/ou sem registro de sua decisão conforme apontamentos no quadro abaixo:

1	0023100-41.2006.5.04.0291
Situação processual: consta do sistema inFOR a oposição de dois embargos de declaração distintos pela parte autora, datados, respectivamente, de 24.03.2014 e 16.05.2014. Infere-se, dos andamentos posteriores, que as matérias ventiladas nos referidos incidentes processuais foram apreciadas nos despachos publicados, respectivamente, em 08.04.2014 e 22.05.2014. Verifica-se, contudo, que não foram dados os andamentos correspondentes às baixas dos incidentes no sistema informatizado, de modo que estes seguem constando como pendentes de solução.	
2	0020600-65.2007.5.04.0291
Situação processual: consta do sistema inFOR a apresentação, em 23.04.2010, de embargos à execução pelo reclamado. Em 27.04.2010, foi publicado despacho no qual o	



Juízo deixou de conhecer os embargos apresentados, por incabíveis. Verifica-se, contudo, que não foi dado o andamento correspondente à baixa do incidente processual no sistema informatizado, de modo que este segue constando como pendente de solução.

3 **0000118-86.2013.5.04.0291**

Situação processual: consta do sistema inFOR a apresentação, em 29.07.2014, de **impugnação à sentença de liquidação** pela parte autora. Em 18.08.2014, foi publicado despacho no qual o Juízo acolheu a matéria ventilada no referido incidente processual. Verifica-se, contudo, que não foi dado o andamento correspondente à baixa do incidente no sistema informatizado, de modo que este segue constando como pendente de solução.

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 15.04.2015)

Assim, diante das informações processuais descritas, verificam-se distorções estatísticas no relatório de incidentes processuais pendentes de decisão na Unidade Judiciária, os quais decorrem de erros de lançamento de andamentos processuais no sistema informatizado.

4 PRAZOS MÉDIOS DE TRAMITAÇÃO

4.1 FASE DE CONHECIMENTO

Prazos médios (em dias)						
		2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 28.02)	Variação 2014-2015
Do ajuizamento da ação à prolação da sentença	Sumaríssimo	81,55	100,49	23,23%	113,28	12,73%
	Ordinário	214,3	271,35	26,62%	303	11,66%
	Total	198,34	255,76	28,95%	276,14	7,97%

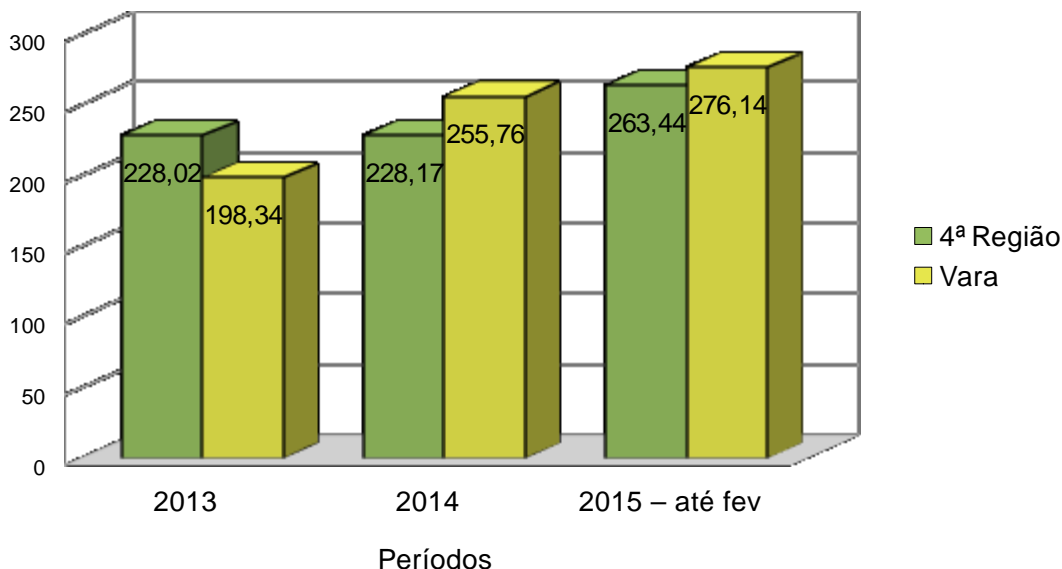
(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 09.03.2015)

No ano de 2014, o prazo médio decorrido entre o ajuizamento da ação e a prolação da sentença na 1ª Vara do Trabalho de Sapucaia do Sul apresentou uma elevação de 28,95%, passando de 198,34 para 255,76 dias. No rito sumaríssimo, o prazo médio registrou aumento de 23,23% em relação à média do ano anterior, passando de 81,55 para 100,49 dias; por sua vez, o rito ordinário registrou um prazo médio de 271,35 dias, 26,62% mais moroso na comparação com 2013.

Em razão desse aumento, contudo, o lapso médio de tramitação processual total na fase de conhecimento na Unidade Judiciária em 2014 foi 12,09% mais moroso (27,59 dias) do que a média de todas as Unidades do TRT4. Especificações no gráfico abaixo:



Prazo médio total - fase de conhecimento



4.2 FASE DE LIQUIDAÇÃO

Prazos médios (em dias)						
		2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 28.02)	Variação 2014-2015
Do início ao encerramento da liquidação	Sumaríssimo	158,13	161,50	2,13%	124,00	-23,22%
	Ordinário	218,63	201,59	-7,79%	182,68	-9,38%
	Total	213,31	197,04	-7,62%	179,23	-9,04%

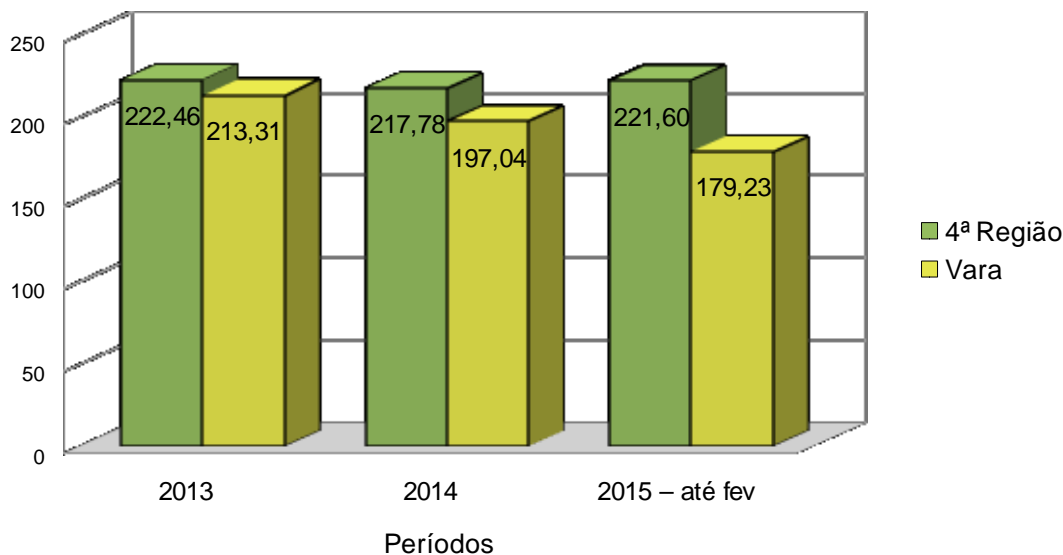
(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 09.03.2015)

No ano de 2014, o prazo médio decorrido entre o início e o encerramento da liquidação, no rito sumaríssimo, foi de 161,50 dias, o que equivale a uma elevação de 2,13% em relação à média do ano anterior. Em contrapartida, no rito ordinário o prazo médio alcançou 201,59 dias, 7,79% mais célere na comparação com 2013.

Face a esses números, constatou-se que o lapso de tramitação processual total na fase de liquidação na Unidade Judiciária foi 9,52% mais célere (20,74 dias) do que o desempenho de toda a 4ª Região em 2014. Especificações no gráfico abaixo:



Prazo médio total - fase de liquidação



4.3 FASE DE EXECUÇÃO

Prazos médios (em dias)						
		2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 28.02)	Variação 2014-2015
Do início ao encerramento da execução	Ente privado	474,09	770,78	62,58%	525,39	-31,84%
	Ente público	502,69	1.423,67	183,21%	168,50	-88,16%
	Total	476,13	956,39	100,87%	505,00	-47,20%

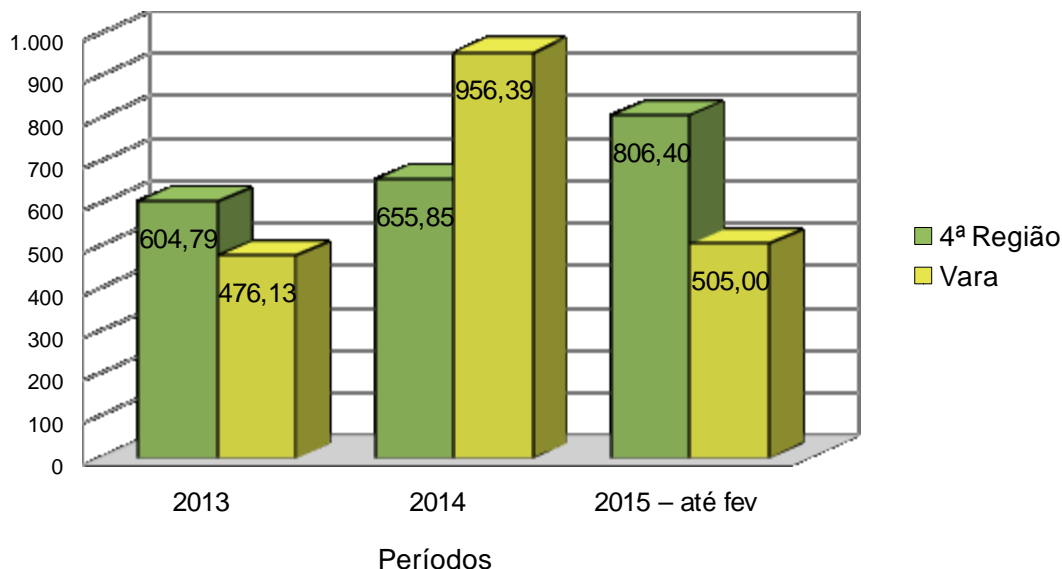
(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 09.03.2015)

O prazo médio de tramitação processual na fase de execução na Unidade Judiciária em 2014 nos processos em que o executado era ente privado foi de 770,78 dias, o qual foi 62,58% maior do que o prazo do ano anterior. Por sua vez, quando o executado era ente público, o prazo médio de tramitação na fase de execução em 2014 foi de 1.423,67 dias, 183,21% mais moroso do que a média do ano anterior.

Na comparação com os dados de toda a 4ª Região em 2014, apresentados no gráfico abaixo, constatou-se que o tempo de tramitação na fase de execução foi 45,82% mais moroso (300,54 dias) do que a média regional.



Prazo médio total - fase de execução



5 METAS

5.1 METAS DO CNJ – ANOS ANTERIORES A 2014

5.1.1 Meta 2 - 2009: “Identificar os processos judiciais mais antigos e adotar medidas concretas para o julgamento de todos os distribuídos até 31.12.2005”.

META 2/2009 CNJ	
Processos distribuídos até 31.12.2005 pendentes de solução	Resultado
3 processos	Meta não cumprida

1	Processo nº 0054300-08.2002.5.04.0291
Situação processual: conforme consulta ao sistema inFOR, o processo encontra-se suspenso desde 27.08.2009, aguardando solução de ação popular que tramita perante a 2ª Vara Cível da Comarca de Sapucaia do Sul sob o nº 0054791-47.2003.8.21.0035.	
2	Processo nº 0003900-53.2003.5.04.0291
Situação processual: conforme consulta ao sistema inFOR, o processo foi apensado em 12.07.2013 ao processo nº 0054300-08.2002.5.04.0291 – o qual, por sua vez, se encontra suspenso desde 27.08.2009, conforme referido acima.	
3	Processo nº 0004400-22.2003.5.04.0291
Situação processual: conforme consulta ao sistema inFOR, o processo encontra-se suspenso desde 27.08.2009, aguardando solução de ação popular que tramita perante a 2ª Vara Cível da Comarca de Sapucaia do Sul sob o nº 0054791-47.2003.8.21.0035.	



5.1.2 Meta 2 – 2010: “Julgar todos os processos de conhecimento distribuídos até 31.12.2006 e, quanto aos processos trabalhistas, eleitorais, militares e da competência do tribunal do Júri, até 31.12.2007”.

META 2/2010 CNJ	
Processos distribuídos até 31.12.2007 pendentes de solução	Resultado
3 processos	Meta não cumprida

1	Processo nº 0054300-08.2002.5.04.0291
	Situação processual descrita no item 5.1.1
2	Processo nº 0003900-53.2003.5.04.0291
	Situação processual descrita no item 5.1.1
3	Processo nº 0004400-22.2003.5.04.0291
	Situação processual descrita no item 5.1.1

5.1.3 Meta 2 – 2012: “Julgar, até 31.12.2012, pelo menos, 80% dos processos distribuídos em 2008”.

META 2/2012 CNJ			
Distribuídos em 2008	Nº de processos ajuizados em 2008 e já solucionados	%	Resultado
649	649	100,00%	Meta cumprida

5.1.4 Meta 2 – 2013: “Julgar, até 31.12.2013, pelo menos, 80% dos processos distribuídos em 2009”.

META 2/2013 CNJ			
Distribuídos em 2009	Nº de processos ajuizados em 2009 e já solucionados	%	Resultado
781	781	100,00%	781

5.2 METAS DO CNJ – ANO DE 2014

5.2.1 Meta 1: “Julgar mais processos de conhecimento do que os distribuídos em 2014”.

META 1/2014 CNJ			
Distribuídos em 2014	Solucionados em 2014	%	Resultado
979	807	82,43%	Meta não cumprida



5.2.2 Meta 2: “Julgar, até 31.12.2014 90% dos processos distribuídos até 31.12.2011 e 80% dos processos distribuídos até 2012.

Questionário para cálculo da Meta				
Id.	Pergunta	Periodicidade	Valor 2011	Valor 2012
P2.1	Número total de processos de conhecimento não criminais distribuídos na instância no PERÍODO DE REFERÊNCIA* e não julgados no PERÍODO DE REFERÊNCIA , excluídos os suspensos até 31/12/2013 .	Única	68	448
P2.4	Número total de processos de conhecimento não criminais distribuídos na instância no PERÍODO DE REFERÊNCIA* e não julgados até 31/12/2013 que entraram na meta por saírem de situação de suspensão ou por passarem a se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência.	Mensal	0	4
P2.7	Número total de processos de conhecimento não criminais distribuídos na instância no PERÍODO DE REFERÊNCIA* e não julgados até 31/12/2013 que saíram da meta por suspensão ou não enquadramento nos critérios da meta, que não por julgamento, no mês de referência.	Mensal	0	0
P2.10	Número total de processos de conhecimento não criminais distribuídos na instância no PERÍODO DE REFERÊNCIA* e não julgados até 31/12/2013 que, no mês de referência, foram nela julgados pela primeira ou única vez no ano de 2014.	Mensal	0	61
P2.13	Número total de processos informados em P2.1 que foram julgados pela primeira ou única vez até 31.12.2013	Única	68	368

*Percentual de cumprimento da meta= $((\Sigma P2.10 + P2.13) / (P2.1 + \Sigma P2.4 - \Sigma P2.7)) \times 1000/K$, onde K=9 no período de referência até 31.12.2011 e K=8 no período de referência até 31.12.2012

META 2/2014 CNJ – Julgamento dos processos distribuídos até 31.12.2011	
Percentual de cumprimento da meta	Resultado
111,10%	Meta cumprida*
META 2/2014 CNJ – Julgamento dos processos distribuídos até 31.12.2012	
Percentual de cumprimento da meta	Resultado
118,60%	Meta cumprida*

*A meta estará cumprida quando o grau de cumprimento for igual ou superior a 100%

5.2.3 Meta 5: “Reduzir o congestionamento, em relação à taxa média de 2013 e 2012, em qualquer percentual quanto às execuções fiscais e em 5% quanto às execuções não fiscais e cumprimento de sentença na Justiça do Trabalho”.

Observação: O Conselho Nacional de Justiça, no mês de julho de 2014, expediu a Versão 5 do Glossário das Metas CNJ 2014, na qual foi adequada a fórmula de cálculo dessa meta e foram definidos conceitos de “redução positiva” e “redução negativa”. A **redução positiva** (*percentual precedido do sinal positivo*) indica que efetivamente a taxa de congestionamento foi reduzida em 2014 em relação à taxa média de 2012 e 2013. A **redução negativa** (*percentual precedido do sinal negativo*) indica o aumento da taxa de congestionamento em 2014 em relação à taxa média de 2012 e 2013.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Questionário para cálculo da Meta			
Id.	Pergunta	Periodicidade	Valor
P5.1	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais não baixados definitivamente em 31.12.2011, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013	Única	2.131
P5.2	Número total de processos em fase de execução fiscal não baixados definitivamente em 31.12.2011, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013	Única	9
P5.3	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais iniciados em 2012, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013	Única	277
P5.4	Número total de processos em fase de execução fiscal iniciados em 2012, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013	Única	3
P5.5	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais baixados definitivamente em 2012	Única	219
P5.6	Número total de processos em fase de execução fiscal baixados definitivamente em 2012	Única	0
P5.7	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais iniciados em 2013, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013	Única	247
P5.8	Número total de processos em fase de execução fiscal iniciados em 2013, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013	Única	3
P5.9	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais baixados definitivamente em 2013	Única	428
P5.10	Número total de processos em fase de execução fiscal baixados definitivamente em 2013	Única	0
P5.11	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais iniciados no mês de referência	Mensal	230
P5.12	Número total de processos em fase de execução fiscais iniciados no mês de referência	Mensal	0
P5.13	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais baixados definitivamente no mês de referência.	Mensal	367
P5.14	Número total de processos em fase de execução fiscais baixados definitivamente no mês de referência.	Mensal	2
P5.15	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais que entraram na meta por saírem de situação de suspensão ou por passarem a se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência	Mensal	3
P5.16	Número total de processos em fase execução fiscais que entraram na meta por saírem de situação de suspensão ou por passarem a se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência	Mensal	1
P5.17	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais que saíram da meta por suspensão ou não enquadramento nos critérios da meta, que não por julgamento, no mês de referência	Mensal	3
P5.18	Número total de processos em fase de execução fiscais que saíram da meta por suspensão ou não enquadramento nos critérios da meta, que não por julgamento, no mês de referência	Mensal	0

* **Percentual de redução - Cumprimento de Sentença e Execução Não Fiscal** = $100 - (((1 - (\Sigma P5.13 / (\Sigma P5.11 + (P5.1 + P5.3 - P5.5 + P5.7 - P5.9 + \Sigma P5.15 - \Sigma P5.17)))) * 100) / (((1 - (P5.9 / (P5.7 + P5.1 + P5.3 - P5.5))) + (1 - (P5.5 / (P5.3 + P5.1)))) / 2))$
Percentual de redução - Execução Fiscal = $100 - (((1 - (\Sigma P5.14 / (\Sigma P5.12 + (P5.2 + P5.4 - P5.6 + P5.8 - P5.10 + \Sigma P5.16 - \Sigma P5.18)))) * 100) / (((1 - (P5.10 / (P5.8 + P5.2 + P5.4 - P5.6))) + (1 - (P5.6 / (P5.4 + P5.2)))) / 2))$



META 5/2014 CNJ - Cumprimento de Sentença e Execução Não Fiscal	
Percentual	Resultado
3,54%	Meta não cumprida
META 5/2014 CNJ - Execução Fiscal	
Percentual	Resultado
12,50%	Meta cumprida

5.2.4 Meta 6: “Identificar e julgar até 31.12.2014 as ações coletivas distribuídas até 31.12.2011, no primeiro grau, e até 31.12.2012, no segundo grau”.

META 6/2014 CNJ	
Ações coletivas distribuídas até 31.12.2011 pendentes de solução	Resultado
0 processos	Meta cumprida

5.3 METAS DO CNJ – ANO DE 2015

5.3.1 Meta 1: “Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente”.

META 1/2015 CNJ			
Distribuídos até 28.02.2015	Solucionados até 28.02.2015	%	Resultado parcial (até fevereiro)
138	123	89,13%	Período de apuração insuficiente para verificar o efetivo cumprimento da meta

5.3.2 Meta 2: “Identificar e julgar, até 31.12.2015, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31.12.2013”.

Questionário para cálculo da Meta			
Id.	Pergunta	Periodicidade	Valor (até 28.02)
P2.1	Número total de processos de conhecimento não criminais distribuídos na instância no PERÍODO DE REFERÊNCIA* e não julgados no PERÍODO DE REFERÊNCIA , excluídos os que se encontravam suspensos em 31/12/2014.	Única	616
P2.4	Número total de processos de conhecimento não criminais distribuídos na instância no PERÍODO DE REFERÊNCIA* e não julgados até 31/12/2014 que entraram na meta por saírem de situação de suspensão ou por passarem a se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência.	Mensal	0
P2.7	Número total de processos de conhecimento não criminais distribuídos na instância no PERÍODO DE REFERÊNCIA* e não julgados até 31/12/2014 que saíram da meta por suspensão ou não enquadramento nos critérios da meta, que não por julgamento, no mês de referência.	Mensal	0
P2.10	Número total de processos de conhecimento não criminais distribuídos na instância no PERÍODO DE REFERÊNCIA* e não julgados até 31/12/2014	Mensal	41



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

	que, no mês de referência, foram nela julgados pela primeira ou única vez no ano de 2015.		
P2.13	Número total de processos informados em P2.1 que foram julgados pela primeira ou única vez até 31.12.2014	Única	492

*Percentual de cumprimento da meta= $((\Sigma P2.10 + P2.13) / (P2.1 + \Sigma P2.4 - \Sigma P2.7)) \times 1000/9$

META 2/2015 CNJ – Julgamento dos processos ajuizados antes de 31.12.2013	
Percentual de cumprimento da meta	Resultado parcial (até fevereiro)
96,10%	Meta ainda não cumprida*

*A meta estará cumprida quando o grau de cumprimento for igual ou superior a 100%

5.3.3 Meta 5: “Baixar, em 2015, quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução”.

META 5/2015 CNJ			
Casos novos de execução em 2015 (até 28.02)	Execuções baixadas (arquivo definitivo) em 2015 (até 28.02)	Grau de Cumprimento	Resultado parcial (até fevereiro)
39	43	110,26%	Período de apuração insuficiente para verificar o efetivo cumprimento da meta

5.3.4 Meta 6: “Identificar e julgar até 31.12.2015 as ações coletivas distribuídas até 31.12.2012, no primeiro grau, e até 31.12.2013, no segundo grau”.

META 6/2015 CNJ	
Ações coletivas distribuídas até 31.12.2012 pendentes de solução	Resultado parcial (até fevereiro)
0 processos	Meta já cumprida



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

5.3.5 Meta 7: “Identificar e reduzir, em 1,5% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior.”

META 7/2015 CNJ					
Dez maiores litigantes 4ª Região, em 31.12.2014		Número de processos tramitando na Unidade em 31.12.2014	Acervo atual (28.02.2015)	Número máximo de processos tramitando em 31.12.2015 para alcance da meta	Resultado parcial (até fevereiro)
1º	Wms Supermercados do Brasil Ltda.	25	27	24	Período de apuração insuficiente para verificar o efetivo cumprimento da meta
2º	Estado do Rio Grande do Sul	7	7	6	
3º	Clinsul Mão de Obra e Representação Ltda. (Em Recuperação Judicial)	0	0	0	
4º	Companhia Riograndense de Saneamento – Corsan	13	13	12	
5º	União	7	8	6	
6º	OI S.A.	0	2	0	
7º	Proservi Serviços de Vigilância Ltda. (Em Recuperação Judicial)	1	1	0	
8º	Caixa Econômica Federal - CEF	3	4	2	
9º	Banco do Brasil S.A.	1	1	0	
10º	Hospital Nossa Senhora da Conceição	0	0	0	



5.3.6 Metas do CNJ específicas da Justiça do Trabalho em 2015:

a) “Para o 1º grau dos TRT que contabilizaram o prazo médio acima de 200 dias, reduzir em 1% o tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento em relação ao ano base de 2014”

META ESPECÍFICA DA JUSTIÇA DO TRABALHO CNJ EM 2015 PRAZO MÉDIO DA FASE DE CONHECIMENTO				
Prazo médio TRT4 2014 – fase de conhecimento	Prazo médio na Unidade em 2014	Prazo médio da Unidade em 2015 (até 28.02)	Prazo médio a ser alcançado em 2015	Resultado parcial (até fevereiro)
228,17	255,76	276,14	253,20	Período de apuração insuficiente para verificar o efetivo cumprimento da meta

b) “Aumentar em 1% o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014.”

META ESPECÍFICA DA JUSTIÇA DO TRABALHO CNJ EM 2015 NÚMERO DE ACORDOS NA FASE DE CONHECIMENTO						
	2013	2014	Média 2013/2014	2015 (até 28.02)	Meta para 2015	Resultado parcial (até fevereiro)
Total de acordos	400	339	369,50	43	374	Período de apuração insuficiente para verificar o efetivo cumprimento da meta
Média mensal de acordos	33,33	28,25	30,79	21,5	31,17	

6 AUDIÊNCIAS E DESEMPENHO DOS JUÍZES

6.1 PERIODICIDADE E COMPOSIÇÃO (MÉDIAS) DA PAUTA

A Unidade realiza sessões de audiências regularmente às segundas, terças, quartas e quintas-feiras pela manhã e à tarde. A composição média das sessões é especificada nos quadros abaixo.

J1	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Manhã	5 (I) 2 (U) 3 (P)	5 (I) 2 (U) 3 (P)	5 (I) 2 (U) 3 (P)	5 (I) 2 (U) 3 (P)	-
Tarde	5 (I) 2 (U) 3 (P)	5 (I) 2 (U) 3 (P)	5 (I) 2 (U) 3 (P)	5 (I) 2 (U) 3 (P)	-



(Fonte: Informação do Secretário de Audiências em 23.04.2015)

Obs.: Pautas pela manhã e à tarde a partir de 22.04.2015 e pelo período de seis meses.

Legenda:

I – Audiências iniciais de rito ordinário

U – Audiências unas de rito sumaríssimo

P – Audiências de prosseguimento

CPI – Cartas Precatórias Inquiritórias

E – Audiência de conciliação em processos em fase de execução

6.2 PAUTAS

Tipo	Última Data Marcada	Próxima Data Livre
Inicial	25.05.2015	21.05.2015
Una Sumaríssimo	14.05.2015	13.05.2015
Instrução	16.12.2015	14.05.2015
Tentativa de acordo em execução	-	-

(Fonte: Informação do Secretário de Audiências em 23.04.2015)

6.3 PRAZO MÉDIO AUDIÊNCIAS INICIAIS

		Prazos médios (em dias)				
		2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 28.02)	Variação 2014-2015
Do Ajuizamento da Ação até a Realização da 1ª Audiência	Sumaríssimo	43,96	54,64	24,31%	76,94	40,81%
	Ordinário	52,02	63,80	22,66%	95,45	49,61%
	Total	51,21	62,97	22,96%	92,95	47,61%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 09.03.2015)

O prazo médio das audiências iniciais no rito sumaríssimo teve seu prazo médio aumentado de 43,96 dias, em 2013, para 54,64 dias, em 2014 (elevação de 24,31%). Por sua vez, o prazo médio da audiência inicial do rito ordinário subiu de 52,02 dias, em 2013, para 63,80 dias, em 2014 (aumento de 22,66%).

É oportuno esclarecer, ainda, que os prazos médios apontados pelo Sistema e-Gestão levam em consideração todos os eventuais adiamentos de audiências determinados, o que pode elastecer a média verificada. O exame do tópico, portanto, deve ser realizado de forma conjunta com o item anterior, no qual constam informações sobre as pautas efetivamente disponíveis em consulta ao livro pauta no momento da inspeção.



6.4 AUDIÊNCIAS REALIZADAS

2014					
Juiz (a)	Inicial	Instrução	Una	Conciliação	TOTAL
Bernarda Nubia Toldo	623	304	40	4	971
Cláudia Elisandra de Freitas Carpenedo	93	56	0	0	149
Daniela Meister Pereira	93	56	0	1	150
Fernando Reichenbach	49	27	7	1	84
TOTAL	858	443	47	6	1.354
2015 (até 28.02)					
Juiz (a)	Inicial	Instrução	Una	Conciliação	TOTAL
Bernarda Nubia Toldo	52	24	3	0	79
Daniela Meister Pereira	97	46	22	0	165
TOTAL	149	70	25	0	244

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 10.04.2015)

6.5 ASSIDUIDADE DOS MAGISTRADOS

Em cumprimento ao disposto no art. 18, II, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, a assiduidade dos magistrados foi verificada por meio das informações obtidas nos itens 2.1.4, 6.1, 6.5 e 6.7 do presente relatório, e também por meio da visita correcional. Consta-se que, à exceção dos afastamentos listados no item 2.1.4, os juízes comparecem regularmente para realização de audiências e atuação na Unidade Judiciária.

6.6 PROCESSOS SOLUCIONADOS

Juiz (a)	2014				Sem exame de mérito TOTAL	Total de processos solucionados
	Conciliações	Julgados	Outras decisões	TOTAL		
Bernarda Nubia Toldo	259	264	7	530	64	594
Cláudia Elisandra de Freitas Carpenedo	47	38	0	85	13	98
Daniela Meister Pereira	28	49	0	77	7	84
Fernando Reichenbach	5	19	0	24	6	30
Rodrigo de Almeida Tonon	0	1	0	1	0	1
TOTAL	339	371	7	717	90	807



2015 (até 28.02)						
Juiz (a)	Com exame de mérito				Sem exame de mérito	Total de processos solucionados
	Conciliações	Julgados	Outras decisões	TOTAL	TOTAL	
Bernarda Nubia Toldo	12	57	0	69	5	74
Daniela Meister Pereira	31	4	0	35	12	47
Fernando Reichenbach	0	2	0	2	0	2
TOTAL	43	63	0	106	17	123

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 10.04.2015)

6.7 PROCESSOS CONCLUSOS PARA SENTENÇA HÁ MAIS DE 50 DIAS NA DATA DA CORREIÇÃO

Juíza Titular Bernarda Núbia Toldo		
Processos de Cognição		
0000171-67.2013.5.04.0291 (Mais antigo. Concluído em 01.12.2014: 4 meses e 23 dias)	0000924-58.2012.5.04.0291	0000150-57.2014.5.04.0291
0020365-54.2014.5.04.0291	0000712-71.2011.5.04.0291	0000167-93.2014.5.04.0291
0000444-12.2014.5.04.0291	0020160-25.2014.5.04.0291	0020376-83.2014.5.04.0291
0000445-94.2014.5.04.0291	0020163-77.2014.5.04.0291	0000396-53.2014.5.04.0291
0000403-45.2014.5.04.0291	0000116-82.2014.5.04.0291	0020317-95.2014.5.04.0291
0000452-86.2014.5.04.0291	0000083-29.2013.5.04.0291	-
Total: 17 processos		

Juíza substituta zoneada Daniela Meister Pereira		
Processos de Cognição		
0000035-36.2014.5.04.0291 (Mais antigo. Concluído em 11.02.2015: 2 meses e 13 dias)	0000564-89.2013.5.04.0291	0000515-14.2014.5.04.0291
0000502-15.2014.5.04.0291	0000415-59.2014.5.04.0291	0000512-59.2014.5.04.0291
0020127-35.2014.5.04.0291	0000424-21.2014.5.04.0291	0000057-94.2014.5.04.0291
0000402-60.2014.5.04.0291	0000472-77.2014.5.04.0291	0000483-09.2014.5.04.0291
0000504-19.2013.5.04.0291	0000002-46.2014.5.04.0291	0000200-83.2014.5.04.0291
0000405-15.2014.5.04.0291	-	-
Total: 16 processos		

(Fonte: Consulta ao Projeto BI TRT4 no dia da correição)

7 ROTINAS DE SECRETARIA

7.1 EXPEDIÇÃO DE NOTIFICAÇÕES E OFÍCIOS

Cumprimento da tarefa em 48 horas.



7.2 EXPEDIÇÃO DE MANDADOS, PRECATÓRIOS E RPV'S

Cumprimento da tarefa em 48 horas.

7.3 EXPEDIÇÃO DE ALVARÁS

Cumprimento da tarefa em 48 horas.

7.4 JUNTADA DE PETIÇÕES

As petições são juntadas em 24h.

7.5 DESPACHOS DE PROTOCOLO

Na data da visita correcional estava em análise o protocolo de 20.04.2015.

7.6 CERTIFICAÇÃO DE PRAZO

A certificação de prazo estava em 10 dias, conforme relato do Diretor de Secretaria.

7.7 REMESSA DE AUTOS AO TRT

Tarefa executada duas vezes por semana.

7.8 CONVÊNIOS

Utilizados regularmente.

7.9 ARQUIVAMENTO DE PROCESSOS

Não havia pendências.

7.10 EXAME DOS LIVROS

7.10.1 Advogados – Cargas Vencidas há mais de 10 dias

	Processo	Prazo	Tempo Excedido para Devolução dos Autos
1	0000960-03.2012.5.04.0291	23.03.2015	16 dias
2	0000904-67.2012.5.04.0291*	25.03.2015	14 dias

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 09.04.2015)

* Houve dilação de prazo mas não há indicação do prazo final no inFOR



7.10.2 Peritos – Cargas Vencidas há mais de 10 dias

	Processo	Prazo	Tempo Excedido para Devolução dos Autos
1	0000470-44.2013.5.04.0291	20.03.2015	19 dias

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 09.04.2015)

7.10.3 Mandados – Prazos Vencidos há mais de 10 dias

Conforme consulta ao Sistema inFOR em 08.04.2015, verificou-se que não constam mandados com prazo excedido há mais de 10 dias na Unidade Judiciária.

8 EXAME DOS PROCESSOS

Para a análise realizada nos itens seguintes, extraiu-se do sistema inFOR, em 08.04.2015, uma listagem de processos sem movimentação há mais de 30 dias, a qual totalizou **237 processos**. O item 8.1 compõe-se de 10 autos físicos, escolhidos a partir da listagem de 100 processos aleatórios gerada pelo Sistema inFOR e disponibilizada para fins de correição à Assessoria Jurídica da Corregedoria. O item 8.2 verifica, por amostragem, a correção dos andamentos lançados pela Unidade Judiciária.

8.1 ANÁLISE DOS PROCESSOS FÍSICOS

1	0000365-33.2014.5.04.0291
Aspectos gerais dos autos*: nada a apontar. Movimentação processual: nada a apontar.	
2	0001150-29.2013.5.04.0291
Aspectos gerais dos autos*: nada a apontar. Movimentação processual: O despacho da fl. 39 foi proferido em 15.07.2014, mas foi cumprido em 01.08.2014, quando foi expedido mandado de citação. O despacho da fl. 68 foi proferido em 14.01.2015, mas foi cumprido em 28.01.2015, quando foi expedido ofício. Não houve mais movimentações processuais até 25.03.2015, quando os autos foram enviados à Corregedoria.	
3	0000095-77.2012.5.04.0291
Aspectos gerais dos autos*: nada a apontar. Movimentação processual: Não houve movimentações processuais entre 16.05.2014, quando foi exarada a certidão da fl. 339, verso, a 01.09.2014, quando os autos foram à conclusão, e foi proferido o despacho da fl. 346, apenas tendo havido a juntada de procuração e de petição informando endereço de escritório de advocacia neste período. Foi enviada correspondência eletrônica para a perita retificar a conta em dez dias em 16.10.2014, mas os autos foram entregues em carga em 04.11.2014. Não houve movimentações processuais entre 10.02.2015, quando foi juntada petição, em 25.03.2015, quando os autos foram enviados para a Corregedoria.	



4	0000328-74.2012.5.04.0291
Aspectos gerais dos autos*: nada a apontar. Movimentação processual: As partes foram notificadas da baixa dos autos por intermédio de publicação disponibilizada no DEJT em 07.02.2014 com cinco dias de prazo para manifestação, mas apenas foi certificado o decurso do prazo em 04.04.2014.	
5	0000150-57.2014.5.04.0291
Aspectos gerais dos autos*: nada a apontar. Movimentação processual: nada a apontar.	
6	0115300-48.1998.5.04.0291
Aspectos gerais dos autos*: Consta da capa dos autos o número antigo do proc. 01153.201/98-3, e não o número atual, 0115300-48.1998.5.04.0291. Movimentação processual: nada a apontar. Principais Entraves. Conhecimento e Execução. A ação foi ajuizada em 24.09.1998, mas a decisão apenas transitou em julgado em março de 2006. A execução iniciou em outubro de 2007, mas não foi integralmente concluída até o momento, pois aguarda a resolução de ação de cobrança de honorários advocatícios na Justiça Estadual.	
7	0000970-13.2013.5.04.0291
Aspectos gerais dos autos*: nada a apontar. Movimentação processual: nada a apontar.	
8	0000244-10.2011.5.04.0291
Aspectos gerais dos autos: nada a apontar. Movimentação processual: nada a apontar.	
9	0000497-90.2014.5.04.0291
Aspectos gerais dos autos*: Ausência no carimbo “em branco” no verso da fl. 39. Movimentação processual: nada a apontar.	
10	0050900-44.2006.5.04.0291
Aspectos gerais dos autos*: nada a apontar. Movimentação processual: nada a apontar. Principal Entrave. Execução. A execução iniciou em julho de 2010 e ainda não foi concluída. O processo aguarda o julgamento de embargos de terceiro oposto no Juízo deprecado.	

* Os **aspectos gerais dos autos** são analisados a partir do início do período correccionado, em janeiro de 2014.

8.2 IRREGULARIDADES NOS ANDAMENTOS NO INFOR

No quadro abaixo, são listadas as práticas irregulares da Unidade quando do registro de andamentos no INFOR, auferidas no exame da listagem de processos sem movimentação.

Prática	Exemplos
Autos aguardando arquivamento	0000020-72.2011.5.04.0291
	0000689-57.2013.5.04.0291
	0077500-25.1994.5.04.0291



CP aguardando devolução à origem	0000342-24.2013.5.04.0291
	0000558-19.2012.5.04.0291
	0000581-28.2013.5.04.0291
Demora no impulso processual/registros desatualizados	0000045-51.2012.5.04.0291
	0000194-47.2012.5.04.0291
	0000581-28.2013.5.04.0291
Processo devolvido à origem sem andamento	0052900-12.2009.5.04.0291
	0000180-97.2011.5.04.0291
	0000171-67.2013.5.04.0291
Processo reunido a outro sem andamento	0057800-58.1997.5.04.0291
	0039800-97.2003.5.04.0291
	0056400-48.1993.5.04.0291
Processo aguardando apensamento	0000364-48.2014.5.04.0291
	0000874-95.2013.5.04.0291
Registros desatualizados	0000839-38.2013.5.04.0291
	0000671-36.2013.5.04.0291
	0000611-63.2013.5.04.0291

8.3 EXAME DOS PRESSUPOSTOS RECURSAIS

Na conferência física dos processos remetidos a esta Corregedoria, constatou-se que a Unidade Judiciária **observa** a norma contida no art. 18, I, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, havendo pronunciamento explícito nos autos acerca do exame dos pressupostos de admissibilidade dos recursos encaminhados ao Tribunal.

8.4 LIBERAÇÃO DE DEPÓSITO RECURSAL

Na conferência física dos processos remetidos a esta Corregedoria, constatou-se que o Juiz, imediatamente após a liquidação da sentença, uma vez apurado crédito de valor inequivocadamente superior ao do depósito recursal, **ordena** a pronta liberação deste em favor do credor de ofício ou a seu requerimento.

8.5 CITAÇÃO DO(S) SÓCIO(S) EM CASO DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA DA EXECUTADA

Na conferência física dos processos remetidos a esta Corregedoria, constatou-se que o Juiz **determina** a citação do(s) sócio(s) em caso de desconconsideração da personalidade jurídica da empresa executada, por meio de decisão fundamentada, para que no prazo de 48 horas, indique(m) bens da sociedade (artigo 596 do CPC) ou, em não os havendo, garanta a execução, sob pena de penhora, com o fim de habilitá-lo(s) à via de embargos à execução



para imprimir, inclusive, discussão sobre a existência ou não da sua responsabilidade executiva secundária.

9 PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO - PJe

A implantação do PJE na Unidade Judiciária ocorreu em 27.06.2014.

Para efeito correccional, foram analisados alguns agrupadores e caixas representativos da movimentação e gerenciamento, pela Secretaria, dos processos que tramitam no meio eletrônico. A análise foi efetuada remotamente em duas oportunidades, nos dias 16.04.2015 e 22.04.2015 e com nova verificação na data da inspeção, juntamente com o Diretor de Secretaria. A posição, na data da visita correccional, é a que segue:

Agrupador	Subpastas	Quantidade de Processos	Mais antigo	Data
Processos c/petições avulsas	-	01	-	23.04.2015
C/pedido de tutela não apreciados	-	-	-	23.04.2015
C/petições não apreciadas	-	10	02 processos	17.04.2015
C/habilitações não lidas	-	01	-	23.04.2015
Mandados devolvidos OJ	-	03	-	23.04.2015
Pasta	Subpastas	Quantidade de Processos	Mais antigo	Data
Aguardando ciência decisão- ConPra	-	12	20327.42.2014	03.02.2015
Aguardando ciência	-	03	-	23.04.2015
Aguardando cumprimento prov	Prazo (a cada dez dias)	47	15 processos na subpasta 21 a 30.04 (prazo em vigor)	23.04.2015
Aguardando cumprimento exec.	Prazo (a cada dez dias)	17	Todos com prazo em vigor	23.04.2015
Aguardando cumprimento liq.	Prazo	05	Todos com prazo em vigor	23.04.2015
Aguardando término dos prazos	-	54	20577.75.2014	24.03.2015
Apreciar urgentes	-	-	-	23.04.2015
Controle manual prazo pós sent.	-	10	20022.24.2015	06.04.2015
Prazos vencidos	-	-	-	23.04.2015
Remeter ao 2º grau	-	01	20588.7.2014	20.04.2015
Triagem inicial	-	06	02 processos de 20.04.2015	20.04.2015

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe na data da correição)

Verificou-se que os processos são movimentados regularmente. A designação de audiências iniciais é automática, portanto a Unidade observa o teor do art. 1º da Recomendação nº 01 de 30.01.2014 da Corregedoria (brevidade na designação da audiência para oferecimento de contestação,



tentativa de conciliação e designação das provas necessárias, nos termos em que previsto nos arts. 843 e seguintes da CLT).

Verificou-se boa gestão dos processos que tramitam no meio eletrônico, organização das pastas e subpastas criadas no interior de cada tarefa, possibilitando visualização e entendimento para quem consulta os procedimentos executados nos autos que tramitam eletronicamente na Unidade.

De qualquer forma, reiterou-se ao Diretor de Secretaria a necessidade de gerenciamento e verificação constante dos agrupadores para melhor controle da movimentação processual

10 SERVIÇO DE APOIO TEMPORÁRIO – SAT

Conforme o cronograma estabelecido por esta Corregedoria Regional, a Unidade Judiciária **não requereu** a atuação da equipe do Serviço de Apoio Temporário – SAT durante o período correccionado.

11 CONSIDERAÇÕES SOBRE A UNIDADE

O primeiro dado estatístico a chamar a atenção em relação a 1ª Vara do Trabalho de Sapucaia do Sul é um certo aumento do acervo de processos em todas as fases processuais, sobretudo nas fases de conhecimento e liquidação. Tal elevação reflete o aumento do número de casos novos e a movimentação processual consistente da localidade, o que também repercutiu no aumento do prazo médio de tramitação na fase de conhecimento, que se elevou em relação ao ano de 2013 e manteve-se acima da média regional no ano de 2014. O aumento do acervo de processos da fase de liquidação está relacionado à substituição da assistente de direção de secretaria no ano de 2014 que, segundo informou o Diretor Leandro Pecoits, atuava concentradamente nessa fase. Ainda assim, apesar da dificuldade, o resultado apresentado pela unidade em relação à tramitação na fase de liquidação foi melhor do que a média das outras unidades em todo o estado. A fase de execução teve seu lapso de tramitação significativamente aumentado em relação ao ano anterior. Entretanto deve ser considerado que em 2014 foi solucionado e extinto grande número de execuções que tramitavam há muitos anos na unidade, aspecto que repercute sobre o prazo médio. De qualquer forma, os resultados apresentados pela unidade são preponderantemente positivos. É visível o comprometimento e integração de toda a equipe de trabalho, o que se reflete nos poucos aspectos apontados no exame dos processos físicos. A esse respeito, o Diretor de Secretaria elogiou a eficiência e qualificação de toda a sua equipe de servidores. A unidade destaca-se, também, pela excelente forma de organização e gestão dos processos no PJe.

Ao final da inspeção, a Corregedora parabenizou a Unidade pelo comprometimento de todos, e possibilitou a todos os servidores que se manifestassem, não tendo, contudo, havido manifestação.



A Juíza Titular Bernarda Núbia Toldo mostrou-se comprometida e interessada em manter os bons resultados da unidade, assim como em proporcionar condições para melhorar aqueles aspectos que necessitam de atenção. Nesse sentido, conforme informou à Corregedora, determinou a designação de pautas extraordinárias nas segundas, terças e quintas-feiras até o final do ano. A Magistrada também demonstrou boa produtividade, tendo sido constatado que grande parte dos processos apontados como conclusos para sentença além do prazo legal estavam com minutas completas de decisão, aguardando publicação nos dias seguintes à inspeção correcional.

12 RECOMENDAÇÕES

ITENS 5.1.1 (Meta CNJ 2 – 2009) e 5.1.2. (Meta CNJ 2 - 2010)

Recomenda-se que a Unidade Judiciária acompanhe o trâmite da ação popular que tramita perante a 2ª Vara Cível da Comarca de Sapucaia do Sul sob o nº 0054791-47.2003.8.21.0035 e que, tão logo finda a causa da suspensão dos processos nº 0054300-08.2002.5.04.0291 e nº 0004400-22.2003.5.04.0291, tome as medidas necessárias para que os referidos feitos tenham tramitação prioritária, com prolação de sentença no menor prazo possível.

ITEM 5.3.1 (Meta CNJ 1/2015)

Recomenda-se à Unidade Judiciária que adote as medidas necessárias para o cumprimento dessa meta, considerando-se que o número de processos solucionados em 2014 foi inferior ao número de processos distribuídos no mesmo período (item 5.2.1), de forma que a meta CNJ 1/2014 não foi cumprida pela Unidade Judiciária.

ITEM 6.3 - PRAZO MÉDIO AUDIÊNCIAS INICIAIS

Recomenda-se que, quando da organização da pauta de audiências, a Unidade observe o caráter prioritário dos processos do rito sumaríssimo, e adote as providências necessárias para o cumprimento do prazo de 15 dias para designação da audiência inicial, estabelecido no art. 852-B, III, da CLT.

13 DETERMINAÇÕES

ITEM 3.4.3. (Banco Nacional de Devedores Trabalhistas)

Determina-se que a Unidade Judiciária:

a) efetue a devida anotação quando houver garantia da execução (por depósito, bloqueio de numerário ou penhora de bens suficientes devidamente formalizada) no respectivo campo do sistema informatizado;

b) efetue a exclusão dos devedores do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) **nos processos descritos no item 3.4.3**, com o registro



no campo “quitado” na respectiva aba do sistema inFOR. Destaca -se que esse procedimento deve ser sempre efetuado com prioridade, nos termos do art. 2º do Provimento Conjunto nº 19, da Presidência e da Corregedoria Regional do TRT4, de 27.12.2011;

c) sempre que determinada a extinção da execução ou o arquivamento dos autos, verifique a situação dos executados em relação ao BNDT, evitando, assim, as situações descritas no item 3.4.3.

ITEM 3.5 (Incidentes Processuais)

Determina-se que a Unidade Judiciária:

a) efetue o lançamento dos andamentos informatizados, com data retroativa, relativos à conclusão para julgamento e à apreciação dos 02 (dois) embargos de declaração opostos pela parte autora no processo nº 0023100-41.2006.5.04.0291 – ou, caso a matéria neles ventilada não seja típica de embargos declaratórios, seja efetuada a exclusão dos andamentos relativos à oposição destes e o lançamento, com data retroativa, de andamentos referentes à protocolização de simples petição;

b) efetue o lançamento dos andamentos informatizados, com data retroativa a 27.04.2010, relativos à conclusão para julgamento dos embargos à execução apresentados pela parte ré, bem como da decisão que deixou de receber o referido incidente, no processo nº 0020600-65.2007.5.04.0291;

c) efetue o lançamento dos andamentos informatizados, com data retroativa a 18.08.2014, relativos à conclusão para julgamento e à apreciação da impugnação à sentença de liquidação apresentada pela parte autora no processo nº 0000118-86.2013.5.04.0291 – ou, caso a matéria nele ventilada não seja típica de impugnação à sentença de liquidação, seja efetuada a exclusão do andamento relativo à apresentação deste e o lançamento, com data retroativa a 29.07.2014., de andamento referente à protocolização de simples petição.

Além disso, recomenda-se que, periodicamente, sejam consultadas as tabelas do sistema e-Gestão para verificação dos incidentes processuais há mais de seis meses pendentes de decisão, com correção dos andamentos informatizados, quando for o caso.

ITEM 6.7 - SENTENÇAS COM PRAZO EXCEDIDO

Determina-se que a Juíza **Bernarda Núbia Toldo** profira as sentenças nos processos conclusos há mais de 50 dias, listados no item 6.7 deste relatório correcional, com a maior brevidade possível, atendendo a cronologia conforme orientação da Corregedoria.

Cientifique-se a Juíza **Daniela Meister Pereira** profira as sentenças nos processos conclusos há mais de 50 dias, listados no mesmo item deste relatório correcional, com a maior brevidade possível, atendendo a cronologia conforme orientação da Corregedoria.



Determina-se, também, que sejam corrigidos os andamentos nos processos 0000032-81.2014.5.04.0291 e 0020055-48.2014.5.04.0291, de forma a regularizar sua situação como solucionados.

ITENS 7.10.1 e 7.10.2 - ADVOGADOS E PERITOS – CARGAS VENCIDAS HÁ MAIS DE 10 DIAS

Determina-se a cobrança dos autos com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, listados nos itens 7.10.1 e 7.10.2 deste relatório correcional, bem como a redução do lapso para esse fim, em cumprimento ao disposto no art. 51, § 1º, da CPRC.

ITEM 8.1 - ANÁLISE DOS PROCESSOS FÍSICOS

Determina-se que a Unidade Judiciária:

- a) objetivando a correta identificação da Vara do Trabalho inspecionada, proceda à reautuação da capa autos dos processos que tramitam na Unidade Judiciária, conforme a previsão do art. 75 da CPRC;
- b) adote o procedimento correto quanto à inutilização de folhas em branco, consoante o art. 71 da CPRC;
- c) atente para os prazos previstos para a prática dos atos processuais e cumpra, de imediato, as determinações contidas nos despachos, conforme determina o art. 190 do CPC.

8.2 - IRREGULARIDADES NOS ANDAMENTOS NO INFOR

A listagem de andamentos sem movimentação há mais de 30 dias resultou em **237 processos** parados. Desta totalidade, excetuam-se os processos em situação regular (aguardando cumprimento de acordo, pagamento de precatório, andamento de outros processos ou decurso de prazo). Determina-se que a Unidade Judiciária regularize, com a maior brevidade possível, os andamentos processuais abaixo exemplificados **e todos que estejam em situação similar**. Para tanto:

- a) archive os processos (processos nº0000020-72.2011.5.04.0291, nº 0000689-57.2013.5.04.0291, nº 0077500-25.1994.5.04.0291);
- b) tome as providências necessárias para dar prosseguimento ao feito (processos nº 0000045-51.2012.5.04.0291, nº 0000194-47.2012.5.04.0291, nº 0000581-28.2013.5.04.0291);
- c) devolva Cartas Precatórias (processos nº 0000342-24.2013.5.04.0291, nº 0000558-19.2012.5.04.0291, nº 0000581-28.2013.5.04.0291);
- d) dê andamento a processos recebidos de outros órgãos (processos nº 0052900-12.2009.5.04.0291, nº 0000180-97.2011.5.04.0291, nº 0000171-67.2013.5.04.0291)



- e) dê andamento aos processos reunidos (processos nº0057800-58.1997.5.04.0291, nº 0039800-97.2003.5.04.0291, nº 0056400-48.1993.5.04.0291)
- f) apense os autos (processos nº 0000364-48.2014.5.04.0291, nº 0000874-95.2013.5.04.0291)
- g) atualize os registros (processos nº 0000839-38.2013.5.04.0291, nº 0000671-36.2013.5.04.0291, nº 0000611-63.2013.5.04.0291)

14 PRESENCAS

Além do tempo destinado à conclusão da inspeção e ao contato direto com as Juízas e os servidores da Unidade Judiciária, a Corregedora Regional esteve na Secretaria da 1ª Vara do Trabalho de Sapucaia do Sul, das 14h às 15h, à disposição das partes, dos advogados, dos peritos e de quaisquer interessados para tratarem de questões referentes às Unidades Judiciárias desse Foro. Compareceram os Procuradores do Município de Sapucaia Eduardo T. da Luz e Alexandre Souza Lima, e o advogado Daniel Von Hohendorff, que relataram incidente identificado pela Corregedora como controvérsia processual que refoge ao âmbito de atuação da Corregedoria.

15 PRAZO PARA RESPOSTA

O Diretor de Secretaria deverá cientificar os servidores lotados na Unidade Judiciária das recomendações e das determinações contidas neste Relatório de Inspeção, estabelecendo-se o prazo de 30 dias para comunicação pormenorizada à Assessoria Jurídica da Corregedoria sobre a adoção das medidas necessárias ao integral suprimento de cada uma das inconsistências detectadas, inclusive quanto a cada um dos processos especificados.

16 ENCERRAMENTO

Registra-se a cordialidade dispensada pela Juíza Titular Bernarda Núbia Toldo, pelo Diretor de Secretaria Leandro Pecoits e pelos servidores presentes na Unidade Judiciária, prestando importante colaboração para o bom encaminhamento da inspeção correcional. E, para os devidos fins, é por mim, Rodrigo Velleda Lazaro da Silva, Assessor Jurídico da Corregedoria, lavrado o presente Relatório, que é assinado pela Corregedora Regional.

Beatriz Renck

Corregedora Regional